



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133

Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná

CNPJ: 95.642.286/0001-15

LEI Nº 874/2015

PUBLICADO EM 11/12/2015
EDIÇÃO Nº 12.796
PÁGINA Nº 35

SÚMULA – Altera os Anexos da Lei Municipal Numero 831/2015 de 30/06/2015, Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício financeiro de 2016 do Município de Ângulo e dá outras providencias.


A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro de 2016 da Lei Municipal Numero 831/2015 de 30/06/2015, Lei de Orçamentarias para o exercício financeiro de 2016 do Município de Ângulo, passam a vigorar de acordo com as redações anexas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Ângulo, em 08 de
Dezembro de 2015.


PEDRO VICENTIN
Prefeito Municipal



Município de Astorga

Estado do Paraná

LEI Nº 2.787/2015

SÚMULA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA - ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEQUINTE LEI:

Art. 1º Fica estimada a receita e fixada a despesa do Município de Astorga para o exercício financeiro de 2016, no valor de R\$ 60.799.200,00 (Sessenta milhões, setecentos e noventa e nove mil e duzentos reais), compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo - Administração Direta e Administração Indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal;

II - o Orçamento Geral do Município, abrangendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo;

III - as disposições finais.

CAPÍTULO I

DO ORÇAMENTO FISCAL

SEÇÃO I

DA RECEITA TOTAL

Art. 2º Na estimativa da receita prevista no Orçamento de que trata esta lei foram consideradas as renúncias fiscais estabelecidas no Demonstrativo da Estimativa de Rénúncia de Receitas, constante da Lei Municipal nº 2.728/2015, de 02 de julho de 2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO-2016.

Art. 3º A Receita será realizada mediante a arrecadação das rubricas previstas na legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITA DO PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

	Em R\$
RECURSOS PRÓPRIOS	
Receita Tributária	6.109.917,00
Receita de Contribuições	2.776.000,00
Receita Patrimonial	2.459.200,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	126.000,00
Outras Receitas Correntes	1.446.100,00
Receitas Intracorporativas	3.330.000,00
Operações de Crédito	0,00
Arrecadação de Bens	489.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00
RECURSOS TRANSFERIDOS	
Transferências Correntes	52.047.983,00
Transferências de Capital	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	
Descontos e Deduções da Receita	(-8.086.000,00)
TOTAL DA RECEITA	60.210.309,00

SEÇÃO II

DA DESPESA TOTAL

Art. 4º A Despesa será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

PODER LEGISLATIVO

	Em R\$
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA	
Pessoal e Encargos Sociais	1.695.000,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes	395.000,00
Investimentos	0,00
TOTAL	2.090.000,00

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

	Em R\$
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA	
Pessoal e Encargos Sociais	28.944.750,00
Juros e Encargos da Dívida	303.000,00
Outras Despesas Correntes	20.701.100,00
Investimentos	0,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	0,00
Reserva de Contingência	0,00
TOTAL	47.948.850,00

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

	Em R\$
CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ASTORGA - PREVISA	
Pessoal e Encargos Sociais	3.784.600,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes	945.000,00
Investimentos	0,00
SUBTOTAL	4.730.200,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA	
Reserva Orçamentária	0,00
SUBTOTAL	0,00
TOTAL	4.730.200,00

DESPESA CONSOLIDADA

PODER LEGISLATIVO E

PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

	Em R\$
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA	
Pessoal e Encargos Sociais	32.424.360,00
Juros e Encargos da Dívida	303.000,00
Outras Despesas Correntes	22.041.700,00
Investimentos	0,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	0,00
Reserva de Contingência	0,00
TOTAL	54.769.060,00

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 5º O Orçamento Geral do Município compreende o Poder Legislativo e o Poder Executivo e estão assim discriminados:

Em R\$

ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO	RECEITA	DESPESA
Poder Legislativo		
Câmara de Vereadores do Município de Astorga	0,00	2.200.000,00
Poder Executivo		
Administração Direta	63.392.000,00	60.952.000,00
Administração Indireta	7.407.200,00	7.447.200,00
Total	60.799.200,00	60.799.200,00

SEÇÃO ÚNICA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Ficam os Poderes Legislativo e Executivo - Administração Direta e Indireta e, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizados a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a vinte por cento do valor geral do orçamento fixado para cada Poder e as Entidades, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações.

Art. 7º Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal, e artigos 7º, 42 e inciso II do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Supravit Financeiro, por Fonte de Recursos.

§ 1º Entende-se por Supravit Financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada por Fonte de Recursos, em 31 de dezembro de 2015.


§ 2º Ficam excluídos do limite fixado no art. 6º desta lei, os créditos previstos no caput deste artigo.


Art. 8º Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal, e artigos 7º, 42 e inciso II do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Excesso de Arrecadação, por Fonte de Recursos.

§ 1º Entende-se por Excesso de Arrecadação o recebimento de recursos de convênios não previstos na Lei Orçamentária de 2015 e a diferença positiva entre a receita prevista na Lei Orçamentária de 2015 e a receita efetivamente realizada, por Fonte de Recursos.

§ 2º Ficam excluídos do limite fixado no art. 6º desta lei, os créditos previstos no caput deste artigo.

Art. 9º Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal, na Instrução nº 233/2008 - DCM e no Acórdão nº 768/08 - Tribunal Pleno, autorizados a abrir Crédito Adicional - Transposição / Remanejamento / Transferência até o limite

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO					
		Fone/Fax: (44) 3256.1133			
		Av. Valério Osmar Esteves nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná			
		CNPJ: nº 04.246.0001-15			
LEI Nº 871/2015					
SÚMULA - Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no exercício de 2015. Na forma que especifica.					
A CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE,					
L E I					
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do Exercício de 2015 (Lei Municipal 801/2014 de 16/12/2014), um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 164.275,68 (Cento e Sessenta e Quatro Mil Duzentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e Oito Centavos), destinado ao reforço da seguinte dotação:					
Suplementações:					
02.000.00.0000.0000.0.000.	PODER EXECUTIVO				
02.004.00.0000.0000.0.000.	CONTROLAGORIA INTERNA				
02.004.04.124.0002.2.074.	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO				
9 - 3.1.90.11.00.00.	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.283,00		
10 - 3.1.91.13.00.00.	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.216,00		
03.000.00.0000.0000.0.000.	ASSESSORIA JURÍDICA				
03.001.00.0000.0000.0.000.	GABINETE DO ASSESSOR JURÍDICO				
03.001.02.062.0002.2.004.	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA				
21 - 3.1.91.13.00.00.	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	164,00		
05.000.00.0000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
05.002.00.0000.0000.0.000.	DIVISÃO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E PATRIMÔNIO				
05.002.04.122.0002.2.099.	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LICITAÇÃO				
45 - 3.1.90.11.00.00.	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.500,00		
05.003.00.0000.0000.0.000.	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS				
05.003.04.122.0002.2.010.	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CONTROLE DO PESSOAL				
52 - 3.1.90.11.00.00.	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.630,00		
05.004.00.0000.0000.0.000.	DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS				
05.004.04.122.0002.2.013.	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS				
61 - 3.1.90.11.00.00.	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.000,00		
74 - 3.3.90.46.00.00.	01000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.800,00		
06.000.00.0000.0000.0.000.	SECRETARIA DE FINANÇAS				
06.002.00.0000.0000.0.000.	DIVISÃO DE TESOUREARIA				
06.002.04.129.0002.2.017.	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE TESOUREARIA				
94 - 3.1.90.11.00.00.	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.680,00		
98 - 3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.000,00		
06.002.28.846.0012.2.012.	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP				
103 - 3.3.90.47.00.00.	01000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	8.000,00		
07.000.00.0000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAÚDE				
07.003.00.0000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÂNGULO				
07.003.10.301.0009.2.035.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS SAUDE - ACS				
142 - 3.1.91.13.00.00.	01495	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	230,00		
07.003.10.302.0009.2.023.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÂNGULO				
163 - 3.1.90.11.00.00.	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.600,00		
164 - 3.1.91.13.00.00.	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	76.000,00		
167 - 3.1.91.13.00.00.	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.040,00		
168 - 3.1.91.13.00.00.	01303	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.350,00		
08.000.00.0000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SERVIÇO SOCIAL				
08.002.00.0000.0000.0.000.	DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL				
08.002.08.243.0010.2.028.	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES				
241 - 3.1.90.11.00.00.	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.500,00		
242 - 3.1.90.13.00.00.	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.100,00		
08.003.00.0000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ÂNGULO				
08.003.08.244.0010.2.031.	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS				
253 - 3.1.91.13.00.00.	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133
 Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
 CNPJ: 93.642.286/0001-15

LEI Nº 872/2015

SÚMULA - Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar com vistas a atender as atividades do Executivo Municipal, através de Transposição de Dotações e Transferência de Categoria Econômica, no exercício de 2015. Na forma que especifica.

A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento do Exercício de 2015 (Lei Municipal 801/2014 de 16/12/2014), um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze Mil Reais), destinado ao reforço da seguinte dotação:

Suplementação:			
01.001.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	01000	4.000,00
			Total: 14.000,00

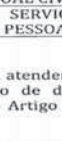
Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, o cancelamento de dotações orçamentárias, conforme discriminado no Anexo de acordo com a o Artigo 4.3, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal Nº 4.320/64.


Redução:

11.003.15.451.0008.2.059	MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	01000	1.058,00
11.003.15.452.0008.2056	MANUTENÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	01000	5.000,00
3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	01000	2.009,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	01000	5.933,00
			Total: 14.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO, AOS 08 DIAS DO
MÊS DE DEZEMBRO DE 2015.


PEDRO VICENTIN
 Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133
 Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
 CNPJ: 93.642.286/0001-15

LEI Nº 873/2015

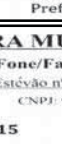
SÚMULA - Altera os Anexos da Lei Municipal Numero 721/2013 de 17/12/2013, referente ao Plano Plurianual de Investimentos para (2014 a 2017) do Município de Ângulo e dá outras providências.


A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - OS Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro de 2016 integrantes da Lei Municipal Numero 721/2013 de 17/12/2013, referente ao Plano Plurianual de Investimentos para (2014 a 2017) do Município de Ângulo, passam a vigorar de acordo com as redações anexas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Ângulo, em 08 de
Dezembro de 2015.


PEDRO VICENTIN
 Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133
 Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
 CNPJ: 93.642.286/0001-15

LEI Nº 874/2015

SÚMULA - Altera os Anexos da Lei Municipal Numero 831/2015 de 30/06/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 do Município de Ângulo e dá outras providências.


A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Anexos de Metas Fiscais e o Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro de 2016 da Lei Municipal Numero 831/2015 de 30/06/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 do Município de Ângulo, passam a vigorar de acordo com as redações anexas.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Ângulo, em 08 de
Dezembro de 2015.


PEDRO VICENTIN
 Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax: (44) 3256.1133
 Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
 CNPJ: 93.642.286/0001-15

LEI Nº 870/2015

Cria o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Segurança de Ângulo.

A Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Segurança de Ângulo - CONSEP Ângulo, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 2º O Conselho Municipal de Políticas de Segurança de Ângulo, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública, formular e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas à promoção da segurança pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade, e atuar na sua articulação e controle democrático.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º - Compete ao CONSEP Ângulo:

- I - conhecer, acompanhar e propor ajustes aos projetos e ações voltados à segurança pública na cidade, com vistas a priorizar a prevenção à violência;
- II - representar a comunidade em suas demandas relacionadas às políticas públicas de segurança realizadas pelo município acompanhando e fiscalizando a execução das ações e dos serviços;
- III - cooperar com ações e projetos desenvolvidos por órgãos públicos e/ou de organizações não governamentais, relativas à prevenção social à violência;
- IV - propor aos órgãos de segurança pública medidas preventivas que tenham por escopo o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança no município;
- V - desenvolver, promover, estimular projetos estudos, debates e pesquisas voltadas para o aperfeiçoamento das políticas públicas de segurança no município;
- VI - estimular a co-responsabilidade comunitária, particular e empresarial, nas ações que visam à segurança coletiva;
- VII - acompanhar a gestão dos recursos destinados à segurança pública do município nos Orçamentos Públicos, bem como, oriundos de convênios ou de outras fontes;
- VIII - apoiar sistematicamente, os Conselhos Comunitários de Segurança, como elo de integração ao sistema de segurança;
- IX - elaborar e manter atualizado o regimento interno.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º São conselheiros do CONSEP Ângulo:

- I - um representante da administração pública;
- II - um representante do Legislativo;
- III - um representante dos Servidores Públicos;
- IV - um representante de entidades representativas dos trabalhadores da área de segurança pública e guarda municipal;
- V - um representante de entidades e organizações da sociedade civil, tais como comércio, indústria e serviços cuja finalidade seja relacionada com as políticas de segurança pública.

§ 1º Os representantes da administração pública serão designados pelo Poder Executivo.

§ 2º Os representantes do Legislativo serão designados pelo Poder Legislativo.

§ 3º As entidades e organizações indicarão seus representantes.

§ 4º Os Servidores Públicos indicarão seus representantes.

Art. 5º Na ausência, temporária ou definitiva, bem como, nos impedimentos dos conselheiros titulares, os seus respectivos suplentes assumirão suas funções no CONSEP Ângulo.

Parágrafo único. Na hipótese de ausência definitiva do membro titular, seja a qualquer título, o seu suplente ocupará sua vaga,